



**ATA DA 147ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA TABOÃOPREV –
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA –
MANDATO DO QUADRIÊNIO 2019/2023.**

REUNIÃO CONJUNTA COM CONSELHO DELIBERATIVO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos 26 dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 9:30 horas, na sede da Taboãoprev, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: **Jair José dos Santos** – Conselheiro Eleito Aposentados, **Thomaz Martin Gonçalves Oyamaguchi** - Conselheiro Eleito Servidores Ativos e o conselheiro **Laércio Calmon dos Santos** – Conselheiro Indicado pelo Chefe do Poder Executivo. Estavam presentes na reunião a Superintendente Autárquica Dra. Eliana Bendini Lantyer, a Diretora Financeira Sra. Thaysa Pinheiro Monteiro e o Diretor de Previdência Sr. Daniel César, após a confirmação das presenças, a Sr. Jair José dos Santos, convidou o conselheiro Thomaz Martin Gonçalves Oyamaguchi para secretariar a reunião, que leu a pauta do dia: **REUNIÃO CONJUNTA COM O COMITÊ DE INVESTIMENTOS, CONSELHO DELIBERATIVO E PARTICIPAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL QUADRIÊNIO 2023/2027.** 1º Aprovação da Ata da reunião anterior; 2º Avaliação Econômica de junho de 2023; 3º Avaliação da Carteira de Investimentos da Taboãoprev no mês de junho de 2023; 4º Aprovação das contas de junho de 2023 e Evolução dos Investimentos e Rentabilidade Acumulada até junho de 2023; 5º Aprovar e referendar os investimentos apresentados no Relatório Analítico dos Investimentos Base: junho de 2023; 6º Acompanhamento da Evolução da execução do orçamento da Taboãoprev; 7º Aplicação dos recursos repassados para a Taboãoprev; 8º Leitura e acompanhamento das Atas das Reuniões do Comitê de Investimentos; 9º Outros Assuntos. De acordo com a pauta, ficou deliberado o que segue: **1º APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Foi feita a leitura da ata da reunião anterior, foi perguntado se alguém tinha algum adendo a fazer, não havendo nada a acrescentar, a referida ata foi aprovada por todos os presentes; **2º AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE JUNHO DE 2023: Juros altos no Brasil podem custar até R\$ 182 bilhões a mais por ano ao país:** Dados do Banco Central mostram que a cada 1 ponto percentual na Selic mantido por 12 meses, o país gasta cerca de R\$ 43 bilhões a mais com a dívida bruta. Em junho, o BC divulgou que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 50,2 bilhões em maio, ante déficit de R\$ 33 bilhões no mesmo mês de 2022. A manutenção da taxa básica de juros em 13,75% ao ano custa bilhões ao Brasil, que poderia utilizar o montante em setores que carecem de investimento. Segundo dados do Banco Central (BC), a cada 1 ponto



percentual na Selic mantido por 12 meses, o país gasta cerca de R\$ 43 bilhões a mais com a dívida bruta — que abrange o total dos passivos de responsabilidade do governo federal, além de estados e municípios. Por isso, caso a Selic já fosse de 9,5% ao ano, conforme prevê projeção do Boletim Focus do BC para 2024, o Brasil iria economizar cerca de R\$ 182 bilhões ao ano só com o pagamento de juros da dívida, uma conta que desconsidera o impacto da inflação e câmbio. É por meio da dívida contraída pelo Tesouro Nacional por meio da emissão de títulos públicos que o governo consegue financiar o déficit orçamentário. Nele conta o refinanciamento da própria dívida, bem como os débitos contraídos para realizar operações com finalidades específicas, como investimentos em infraestrutura, gastos com a Previdência, repasses a estados e municípios, entre outros. De acordo com Felipe Salto, economista-chefe da Warren, o gasto é reflexo de um percentual elevado da dívida pública indexada diretamente à própria Selic. No mês passado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que um terço da dívida pública, que chegou a R\$ 5,9 trilhões em maio, está atrelado à Selic. Além do impacto direto, o economista da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Flávio Tonelli Vaz, destaca que o custo dos juros vai além e avança em tamanho quando comparado a tudo que o Brasil produz. “Entre 2018 e 2020, os juros nominais de dívida ficaram em média em R\$ 353 bilhões, segundo dados do BC. Em 2021, quando a Selic começou a subir, a conta de juros passou para R\$ 448 bilhões. Já em 2022, com os juros em 13,75%, já foi R\$ 586 bilhões”, afirmou. “Em termos de PIB, no primeiro triênio ele representou 4,83% do PIB, passando para 5% no ano seguinte e para 6% do PIB no ano passado. Então os juros impactam muito mais do que somente os títulos que estão indexados na Selic”. Por isso, de acordo com Felipe Salto, uma redução da Selic traria um alívio considerável nas contas públicas, permitindo que o governo controlasse melhor o Orçamento e contribuindo para o cenário econômico. “Além do efeito direto sobre o gasto com juro, há ainda os efeitos ao longo do tempo no sentido de facilitar o equilíbrio da dívida em relação ao PIB, porque, com juros menores, a dívida cresce com menos força e, com uma mesma taxa de crescimento econômico prevista para a economia, fica mais fácil estabilizar a relação dívida/PIB”, disse. Em junho, o BC divulgou que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 50,2 bilhões em maio, ante déficit de R\$ 33 bilhões no mesmo mês de 2022. Os dados englobam as contas do governo federal, estados e municípios e empresas estatais exceto Petrobras, Eletrobrás e bancos. A dívida líquida do setor público chegou a 57,8% do PIB, ou R\$ 5,9 trilhões, em maio, alta de 0,8 ponto do PIB no mês. Já a dívida bruta que compreende



governo federal, INSS e governos estaduais e municipais atingiu 73,6% do PIB, ou R\$ 7,6 trilhões, com elevação de 0,7 ponto em relação ao mês anterior. Para Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, o resultado das contas públicas divulgado em junho mostra um cenário desafiador para o governo. “O resultado fiscal segue desafiador para o governo. Sem crescimento adicional de receitas no segundo semestre, o déficit em 2023 deve ficar próximo de 1% do PIB e as despesas com juros devem ultrapassar R\$ 700 bilhões, levando a dívida bruta a 75% do PIB, mesmo com o crescimento maior da economia”. Segundo ela, um ajuste fiscal mais rápido pode fazer com que a Selic finalmente caia e, assim, reduzir as despesas com juros das contas. “Por outro lado, um ajuste fiscal mais célere e com maior credibilidade, pode reduzir a percepção de risco do mercado, e resultar em importante queda dos juros e consequentemente das despesas nominais, contribuindo para reduzir o crescimento da dívida pública projetado pelo mercado para os próximos anos”, completou. De acordo com Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, o crescimento da dívida pública baseado na alta dos juros é um problema. Para a especialista, o movimento tem crescido e servido apenas para “alimentar os mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida, em especial os elevadíssimos juros sobre os juros da própria dívida, sem limite”. “O mais grave é que não existe teto, limite ou controle algum para esse gasto com juros da dívida pública, tendo em vista que, se os recursos disponíveis no Orçamento ou na conta única do Tesouro não forem suficientes para esse pagamento, o governo emite mais títulos públicos e paga, aumentando continuamente o estoque da dívida pública, sobre o qual, no mês seguinte, incidirá mais juros em cascata”, afirmou. **Aluguel mais barato? IGP-M recua 7% e tem maior queda em 3 décadas; saiba o impacto no seu contrato:** O IGP-M, índice de inflação tradicionalmente nos contratos de imóveis para reajustar o valor do aluguel, encerrou junho com uma queda de quase 7% acumulada em 12 meses. É uma das poucas e também, de longe, a maior retração já registrada pelo índice desde pelo menos 1995, no começo do Plano Real, de acordo com a série da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelo indicador. Os aluguéis, porém, não devem cair na mesma intensidade. “A grande maioria dos contratos de aluguel já traz uma cláusula que diz que o índice negativo não se aplica”, explica o advogado Marcelo Tapai, sócio da Tapai Advogados, especializado em direito imobiliário. Na prática, isso significa que, se o IGP-M cai, o reajuste do aluguel será zero. “Não há nada na lei que obrigue a inclusão dessa cláusula; o contrato pode ter qualquer coisa que seja estabelecida entre as duas partes [proprietário e locatário]. Mas ela acabou se tornando padrão.” Isso significa,



explica Tapai, que o locatário pode, na hora de assinar o contrato e entrar no imóvel, pedir que essa cláusula do reajuste zero será retirada, e que a variação negativa do aluguel, quando a inflação também esteja negativa, fique garantida. Mas, afirma ele, não é o padrão. **Há três meses negativo:** Junho foi o terceiro mês consecutivo em que o índice ficou negativo, de acordo com a FGV, o que significa que todos os contratos de aluguel que completaram ou estão completando um ciclo de 12 meses nesse período não serão reajustados. O valor a ser pago ao proprietário ficará por pelo menos mais um ano exatamente no mesmo preço. **Após ata do Copom, mercado reduz para 12% projeção para Selic em 2023, diz Focus:** Economistas ouvidos pelo BC cortaram também as estimativas para a inflação e elevaram as expectativas para o crescimento da economia. Depois que a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou que há espaço para o início do corte da taxa básica de juros já a partir do próximo encontro marcado para agosto o mercado revisou para baixo suas projeções para a taxa básica de juros, a Selic. A estimativa do Boletim Focus para a Selic passou de 12,25% para 12% ao ano em 2023; se manteve em 9,5% e 9% para 2024 e 2025; e caiu de 8,75% para 8,63% para 2026. Uma semana antes da divulgação da ata, o Copom manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. Foi a sétima vez seguida que o Comitê decide pela manutenção da taxa. Assim, o patamar de juros no país continua no maior nível desde dezembro de 2016. Era unânime a expectativa entre economistas de que o colegiado iria manter novamente a Selic em 13,75% ao ano. Para uma grande parte dos especialistas, porém, foi a última vez. Inflação: As estimativas para a inflação seguem em queda. Para o fim de 2023, a mediana das expectativas aponta para um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,98% ao ano, ante 5,06% há uma semana. Para os anos seguintes, novas reduções: de 3,98% para 3,92% em 2024; de 3,8% para 3,60 em 2025 e de 3,72% para 3,50% em 2026. No câmbio, apesar da queda acumulada nos últimos meses, os economistas ouvidos para o Focus mantiveram em R\$ 5 a estimativa para o dólar ao fim de 2023. Para 2024, redução de R\$ 5,10 para R\$ 5,08. Em 2025, a projeção passou de R\$ 5,15 para R\$ 5,17 e para 2026 a estimativa caiu de R\$ 5,25 para R\$ 5,20. Com a sinalização de que o ciclo de aperto monetário pode estar chegando ao fim, o mercado elevou novamente suas projeções para o crescimento da economia. Para 2023, a estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 2,18% para 2,19%. Para 2024, novo aumento, de 1,22% para 1,28%. Para 2025 e 2026, porém, reduções de 1,83% para 1,81% e de 1,92% para 1,90%. O que disse a ata: Paciência, serenidade, cautela e parcimônia foram as palavras que deram o tom na ata da última



reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Mas, segundo o documento, há espaço para um afrouxamento da política monetária já no próximo encontro, marcado para agosto. Segundo a ata, a avaliação predominante entre os membros do comitê é de que o processo desinflacionário em curso com consequente impacto sobre as expectativas pode permitir acumular a confiança necessária para iniciar “um processo parcimonioso de inflexão na próxima reunião”. Outro grupo, porém, mostrou-se mais cauteloso. Para esses membros, a dinâmica desinflacionária ainda reflete a desaceleração dos preços de componentes mais voláteis e que há dúvida sobre o impacto do aperto monetário em curso até agora. Para esse grupo, é necessário observar maior reancoragem das expectativas de longo prazo e acumular mais evidências de desinflação em componentes mais sensíveis a impactos sazonais. “Entretanto, os membros do comitê foram unânimes em concordar que os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”, afirma o documento. **Veja o que são os juros e como as taxas impactam no seu bolso:** Discussões sobre os juros vem dominando os debates públicos sobre a economia brasileira desde o início do ano; entenda o que é esse conceito Desde o início do ano, as discussões sobre os juros vem dominando os debates públicos sobre a economia brasileira. De um lado estão políticos, empresários e economistas que não concordam com a manutenção da Selic em 13,75% ao ano. Do outro, o Banco Central (BC), autarquia responsável pela condução da política monetária e que desde 2021 atua de forma autônoma ao governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, abriu uma disparada de críticas duras e abertas contra o BC, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, e a sua política de juros altos, desde que assumiu seu terceiro mandato. Lula já chamou de “bobagem” a lei da autonomia, de “vergonha” o alto nível dos juros e já conclamou o Senado a ficar “vigilante” com Campos Neto. Com ata em mãos, mercado confirma expectativa de corte dos juros em agosto A atual presidente do conselho da varejista Magazine Luiza, Luiza Trajano, também já pediu diretamente ao presidente do BC que baixasse os juros. “Nós já tivemos muito remédio amargo. Ninguém aguenta isso”, disse Luiza ao público e diretamente a Campos Netos durante evento do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), em 12 de junho. Já o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, declarou que a queda da Selic será crucial para determinar o desempenho econômico do próximo ano.



“O processo de relaxamento monetário vai determinar o que vai ser 2024 do ponto de vista econômico, isso é muito importante que a sociedade entenda, esse processo tem uma defasagem de alguns trimestres”, afirmou. Em meio a toda essa discussão, é possível perceber que os juros são um dos conceitos mais essenciais para compreender o funcionamento da economia brasileira. Além do âmbito macroeconômico, os juros também são um dos assuntos financeiros mais presentes na vida das pessoas. **Mercosul perde relevância comercial, mas vira “salvação” da indústria, mostra estudo:** Queda tem relação principalmente com avanço de mercadorias chinesas na região e com a “primarização” da pauta exportadora dos países do bloco Hoje os três principais produtos embarcados pelo Brasil são commodities: soja, petróleo e minério de ferro O peso do Mercosul no comércio exterior de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai despencou nas últimas duas décadas. De 2001 a 2022, caiu de 18,6% para 10,4% a participação do bloco nas exportações totais de seus quatro países-membros, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A queda tem relação, principalmente, com o avanço de mercadorias chinesas na região e com a “primarização” da pauta exportadora do Mercosul. Hoje, os três principais produtos embarcados pelo Brasil são commodities: soja, petróleo e minério de ferro. O bloco, no entanto, é cada vez mais importante para as exportações industriais. Em 2001, ele absorvia 6% das vendas externas da indústria de transformação brasileira. Em 2022, passou a representar 19,8% dos bens manufaturados “made in Brazil”. Isso se reflete diretamente nos impactos à economia como um todo. De acordo com a CNI, cada R\$ 1 bilhão exportado pelo Brasil aos demais países do Mercosul gera 24,4 mil empregos e R\$ 550 milhões em rendimentos aos trabalhadores. No caso das exportações brasileiras à China, que são menos sofisticadas, cada R\$ 1 bilhão gera 15,7 mil empregos e R\$ 315 milhões em salários. No cenário global, a participação do Mercosul é irrisória. O bloco representava 1,31% das exportações mundiais da indústria de transformação em 2001. Essa fatia diminuiu ainda mais e está em apenas 1,13% atualmente — uma evidência da baixa competitividade dos países da região. Depois de um período de 13 anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai receber do seu aliado e presidente da Argentina, Alberto Fernández, o comando do Mercosul. O bloco, que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tem a presidência alterada a cada seis meses. O presidente brasileiro entende que o bastão será passado em um momento decisivo nas negociações do Mercosul com a União Europeia. O acordo é negociado desde 1999. Vinte anos depois do início das conversas, em 2019, os blocos finalizaram as negociações comerciais e, um ano depois, os chamados aspectos políticos e de



cooperação. Desde então, o acordo está em fase de revisão. O governo de Lula tem buscado resolver alguns entraves ambientais que foram apresentados pelos europeus, e que são considerados exageradas pelos brasileiros. Argentina defende revisão do acordo entre UE e Mercosul por “não responder ao cenário atual” Integrantes do Itamaraty entendem que o Brasil tem, hoje, uma agenda ambiental muito mais próxima dos padrões internacionais, e que as questões levantadas pelos países da União Europeia são “descabidas” neste momento. Lula esteve, no final de junho, com o presidente francês, Emmanuel Macron, para tratar das possíveis soluções para esse entrave. Também em junho, o presidente brasileiro recebeu, em Brasília, a presidente da comissão da União Europeia para tratar do assunto. Os integrantes da Argentina também entendem que o momento é de evolução nas negociações. A secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, Cecilia Todesca, disse, durante uma conversa com jornalistas na cúpula, que os países do bloco sul-americano já estão finalizando documentos de contraproposta aos questionamentos dos europeus. Em meio à cúpula semestral do Mercosul, que ocorre em Puerto Iguazú, na Argentina, a CNI divulgou, uma lista de prioridades para a agenda do bloco. Ela está dividida em três partes: agenda econômica e comercial interna; relacionamento externo; e internalização de normativas. As prioridades englobam ações como um novo acordo sobre regras de origem (quais são os índices mínimos de conteúdo para que um produto seja considerado regional), a conclusão dos tratados de livre comércio com a União Europeia e com o Canadá, a internalização de acordos já fechados no Mercosul sobre temas como comércio eletrônico e indicações geográficas. **Mercado de aço sofre com juros altos, mas expectativa é de retomada no segundo semestre:** Maior distribuidor de aço inox do País, Grupo Feital também prevê aumento da demanda nos próximos anos, impulsionado por vários setores industriais O segmento de aço inox vem passando por um momento de adaptação no País. Depois de dois anos de forte expansão da demanda, vem enfrentando um período menos favorável devido à alta dos juros, a redução do crédito e a retração do consumo. Esse cenário trouxe desafios ao mercado, particularmente porque a alta demanda anterior incentivou a aquisição de grandes estoques a preços elevados. Mas a perspectiva, observa o diretor Oswaldo Feital, é de estabilização do mercado a partir do segundo semestre. Para os próximos anos, a Feital também prevê aumento da procura impulsionado por vários segmentos industriais, principalmente os de óleo e gás; açúcar e álcool; papel e celulose; bebidas; agronegócios; saneamento básico; transporte; construção civil e bens de capital. E a visão da empresa tem peso. Quando uma indústria precisa de produtos de aço inox para



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária



os seus projetos, um fornecedor vem logo à cabeça: o Grupo Feital. A empresa é a maior distribuidora de aço inox do Brasil e da América Latina, mantém cerca de 100 mil itens em estoque e possui uma carteira de mais de 50 mil clientes de segmentos como construção civil, petróleo e gás, hospitais, indústrias farmacêutica, alimentícia, automotiva, transportes, agronegócios e linha branca. Fundada em 1946, em um modesto galpão, no Rio de Janeiro, como importadora, a empresa cresceu junto com a indústria nacional. Um passo estratégico em sua história foi a mudança da matriz para o município de Ribeirão Pires, na Grande São Paulo, principal centro industrial do país. Hoje, a sede da empresa ocupa uma área de 250.000 m², na qual mantém 172.892 m² de reserva ambiental. Vários fatores ajudam a explicar essa trajetória de sucesso, incluindo investimentos em inovação, foco nas necessidades do cliente, expansão estratégica e qualidade operacional. “Além de sermos a maior distribuidora e termos o mais completo centro de serviço do setor, temos uma equipe bem treinada, capacitada e motivada”, afirma o executivo. “Temos total capacidade de atender aos pedidos dos clientes, na especificação solicitada, no prazo e quantidade desejada, a preço de mercado”. A empresa oferece o mais completo portfólio de produtos de aço inoxidável e aço carbono do País, incluindo bobinas, tiras, chapas, barras, cantoneiras, blanques, tubos, conexões e flanges. Para atender às necessidades específicas de cada cliente, o Grupo Feital estruturou divisões internas especializadas. A divisão Feital é focada em inox planos e barras; a divisão Tubra se dedica a tubos de inox e carbono; e a divisão Fittinox é responsável pela fabricação e distribuição de conexões e flanges. Just in time: A logística é outro ponto forte da Feital. A jornada começa com o rigoroso controle do recebimento da matéria-prima e se estende até a entrega do produto ao cliente, sendo gerenciada com a ajuda de tecnologias modernas, incluindo câmeras de monitoramento e equipamentos de pesagem precisos. A empresa também se destaca por oferecer um atendimento em três turnos, garantindo agilidade e um prazo de entrega reduzido, além da possibilidade de retiradas e entregas aos sábados. Esse diferencial permite aos clientes programar melhor suas compras e o recebimento dos produtos em datas mais próximas à da sua efetiva utilização. Para garantir a cobertura em todo território nacional, a Feital estabeleceu filiais nos principais centros do país. A filial de Porto Alegre atende o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a filial do Rio de Janeiro serve o próprio estado e o Espírito Santo; a filial de Belo Horizonte cobre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins. Já a filial de Salvador está encarregada de Bahia e Sergipe, e finalmente, a filial de Recife se encarrega dos demais estados do Nordeste e toda a



região Norte. A Feital também se destaca nos quesitos ESG. Além da preservação da área de reserva ambiental situada no terreno de sua sede, a empresa implementa coleta seletiva de resíduos, reutilização de água e monitoramento do consumo de recursos naturais. Também desenvolve e apoia diversos projetos sociais, esportivos e culturais, além de programas de inserção no mercado de trabalho, como o Jovem Aprendiz. Estas ações têm como objetivo não só beneficiar a comunidade local e os colaboradores, mas também promover um crescimento sustentável e equilibrado. **MRV (MRVE3) registra alta de 22% nas vendas no 2º trimestre e avalia potencial oferta de ações:** MRV também registrou alta de 3,3% no ticket médio no comparativo com o 1º Trimestre 2023, alcançando a marca de R\$ 225 mil no 2º Trimestre 2023. As vendas líquidas da MRV (MRVE3) totalizaram um valor geral de vendas (VGV) de R\$ 2,2 bilhões e 9.765 unidades vendidas (%MRV) no segundo trimestre de 2023. Esse número representou aumento de 22% em relação ao 1º Trimestre 2023 e de 48% frente ao 2º Trimestre 2022. A MRV também registrou um aumento de 3,3% no ticket médio da MRV Incorporação no comparativo com o 1º Trimestre 2023, alcançando a marca de R\$ 225 mil no 2º Trimestre 2023. Confira nesse relatório gratuito uma Tese de Investimentos com a melhor ação da Bolsa Brasileira. A velocidade de vendas (VSO) atingiu a marca de 28%, equivalente a um aumento de 7 p.p. em relação ao 2T22. Com relação ao consumo de caixa, a construtora observou uma redução de 36% na queima de caixa em relação ao 1T23, “superando o planejamento da companhia para o trimestre e reafirmando a trajetória de recuperação da operação”, diz fato relevantes publicado nesta manhã. Além disso, a MRV informou que está analisando a possibilidade de realizar uma oferta pública primária de ações, tendo contratado, para a análise sobre sua viabilidade e a eventual prestação de serviços no âmbito desta potencial oferta, Banco BTG Pactual, Banco Bradesco BBI, Banco Itaú BBA e Bank of America Merrill Lynch, entre outros. A efetiva realização da potencial oferta ainda está sob análise da construtora, sendo que, até esta data, não há qualquer decisão tomada acerca da efetiva realização da operação. **Reajustes negativos nas tarifas da Enel SP e da Energisa Tocantins entram em vigor:** Conta de luz vai cair até 6,1% na Grande SP e no Tocantins; no Paraná, redução de até 14,4% já entrou em vigor. As contas de luz de mais de 8,3 milhões de clientes da Enel Distribuição São Paulo (antiga Eletropaulo) e da Energisa Tocantins, subsidiária da Energisa (ENGI11), estão até 6,1% mais baratas. A Enel SP é a segunda maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e atende a 7,7 milhões de unidades consumidoras em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo (incluindo a capital paulista). São 18 milhões de pessoas beneficiadas



apenas na Grande SP, segundo a Enel (isso porque uma unidade pode atender a várias pessoas ou a um comércio ou empresa, por exemplo). Já a subsidiária da Energisa atende a 657 mil unidades consumidoras no Tocantins. Os reajustes negativos foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na semana passada, junto com uma redução de até 14,42% nas tarifas da Cocal — que já entrou em vigor na quinta-feira (29) no Paraná (veja mais abaixo). Efeito no bolso: Aneel diz que ‘jabutis’ no Minha Casa, Minha Vida podem encarecer conta de luz para consumidor; entenda Trechos estranhos ao texto original têm impacto potencial de R\$ 1 bilhão por ano, a ser custeado pelos demais consumidores Enel Distribuição São Paulo: a redução média é de 2,24% nas contas de luz da Enel SP. O reajuste é diferente para cada classe de consumidores:

-6,10% para a alta tensão (como as indústrias)

-0,97% para a baixa tensão (-0,91% para os consumidores residenciais)

A Aneel considerou no cálculo duas medidas que contribuíram para diminuir o reajuste (em -8,56%):

-8,18% do ressarcimento de créditos de PIS/Cofins

-0,26% do repasse de recursos da Eletrobras (ELET3;ELET6) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Concordo que os dados pessoais fornecidos acima serão utilizados para envio de conteúdo informativo, analítico e publicitário sobre produtos, serviços e assuntos gerais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados. Energisa Tocantins (ETO): a redução média é de 0,31%, sendo -0,76% para a alta tensão e -0,19% para a baixa tensão (-0,70% para os consumidores residenciais, que fazem parte do grupo). A agência diz que as medidas adotadas para a mitigação do reajuste tiveram um impacto de -6,89% na conta de luz, sendo que os créditos tributários de PIS/Cofins foram responsáveis por -6,55%. Cocal (Paraná): a redução média foi de 3,89% para os clientes da Companhia Campolarguense de Energia (Cocal), que fornece energia para 57,1 mil unidades consumidoras em Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba. O desconto na tarifa beneficiou apenas a alta tensão (-14,42%), pois a conta de luz vai aumentar 3,70% para a baixa tensão (3,45% para os consumidores residenciais) Reajuste em 2024: Ricardo Tili, diretor da Aneel e relator do processo de revisão tarifária da Energisa Tocantins, alertou na semana passada que o reajuste negativo não só não deve se repetir em 2024 como as tarifas devem subir dois dígitos: “Vou fazer alerta de que ano que vem a tendência é um reajuste acima da média por conta do componente tarifário. O reajuste do ano que vem já começa com uma correção de 10%, já preocupa”, afirmou Tili.



Reservas cambiais da China estão “escondidas” e podem chegar a US\$ 6 trilhões, diz ex-funcionário do Tesouro dos EUA: Economista Brad Sester afirma que a China teve “pausa repentina” em sua atividade declarada, o que pode representar riscos à economia global no futuro. O ex-funcionário do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, Brad Sester, afirmou que metade das reservas cambiais da China estão “escondidas”. Em publicação feita no site “The China Project”, o economista disse estimar que as reservas cambiais do país asiático estejam em torno de US\$ 6 trilhões, e não dos US\$ 3,12 trilhões declarados pela Administração Estatal de Câmbio chinesa. No texto, Sester destaca que a forma com que a China administra seus recursos tem impacto mundial, e disse que a situação pode representar riscos à economia no futuro. “Ao longo do tempo, a forma como o país administra sua moeda e suas reservas cambiais tornou-se muito menos transparente — criando novos tipos de riscos para a economia global”, afirma. O economista diz ainda que a China teve uma “pausa repentina” em sua atividade declarada. “De 2002 a 2012, as reservas cambiais da China aumentaram constantemente, pois o Banco Central comprou ativos em dólares americanos para evitar que o yuan se valorizasse muito, permitindo que as exportações permanecessem baratas”, explica. No entanto, segundo Sester, os números apresentados pelo país simplesmente pararam de demonstrar esse aumento nos últimos 10 anos. “Isso é algo intrigante, já que o superávit comercial da China continuou crescendo e atualmente está em seu nível mais alto”, diz. Para o economista, este cenário pode ser explicado pelo fato de o país asiático ter “bancos paralelos”, ou seja, instituições que agem como bancos e assumem seus riscos, mas não são regulamentadas como tal. “Assim como a China tem ‘bancos paralelos’, ela pode ser chamada de ‘reserva paralela’”, afirma. “Nem tudo o que ela faz no mercado aparece no balanço do Banco Popular da China”, complementa. Sester afirma que o sistema bancário estatal do país é o que permite que Pequim esconda suas reservas cambiais. “Isso inclui credores comerciais estatais, como o Banco da China, Banco Industrial e Comercial, Banco de Construção e Banco Agrícola, além de bancos de políticas, como o Banco de Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação do país”, diz. Ainda de acordo com a publicação, o acúmulo de títulos de agências e do Tesouro dos EUA pela China foi o que ajudou a dar origem à crise econômica de 2008, “empurrando os investidores ainda mais para títulos lastreados em hipotecas mais arriscadas”.

Até Warren Buffett se rendeu: bolsa do Japão sobe quase 30% no ano e é aposta para 2º semestre; A combinação de uma reforma estrutural no mercado de ações com uma economia de juros baixos impulsionou a Bolsa para sua máxima em décadas. O



principal índice de ações do Japão, o Nikkei 225, atingiu sua máxima de três décadas neste ano, aos 33 mil pontos. O indicador subiu 27,2% entre janeiro e junho – e os analistas internacionais veem espaço para mais crescimento no segundo semestre. Diferentemente da maioria dos países ao redor do mundo, o Japão manteve seus juros próximos de zero em meio ao avanço inflacionário local e internacional. Do outro lado do mundo, o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) começou uma das campanhas mais intensas de aumento de taxas dos últimos anos. A combinação desses dois fatores levou a moeda nacional do Japão – o iene – a uma derrocada frente ao dólar. Em 2023, até junho, o iene perdeu 9,5% do valor, desvalorização que se soma às perdas de quase 13% do ano anterior. “A taxa de juros negativa do Banco do Japão em relação a outros bancos centrais internacionais é um paradoxo que cria oportunidades”, diz Fria Mar, embaixadora da corretora internacional OctaFX no México. “Esse desequilíbrio gera um interesse maior em investimentos relacionados à economia japonesa e à sua moeda nacional”. Multinacionais japonesas tiveram ganhos bilionários no ano passado com o iene desvalorizado. A Toyota viu o seu lucro anual aumentar em 1,3 trilhão de ienes (US\$ 9,1 bilhões), segundo a Bloomberg. A Sony teve mais ganhos com suas vendas, em cerca de 1,2 trilhão de ienes. Em relatório, analistas do JP Morgan escrevem que “o Japão é o único mercado desenvolvido com expectativa de lucros corporativos maiores em 2023”. A análise tem base em três fundamentos: Lucros resilientes em meio aos efeitos de reabertura da economia, principalmente para exportadores; Recuperação da produção e repasse de preços à medida que as cadeias de suprimentos se normalizam; Ganhos no câmbio de exportadoras com o iene mais fraco. A expectativa do JP Morgan com essa conjuntura econômica é de que o Nikkei 225 termine o ano entre 35 mil pontos e 36 mil pontos, uma potencial valorização de 6% a 9%. Banco do Japão mantém taxa de juros e diz que seguirá “pacientemente” com a flexibilização monetária De deflação para inflação: Ruy Alves, gestor de macro global da Kinea, afirma que o Japão tem uma dinâmica de política econômica muito diferente dos países ocidentais. “Desde os anos 2000, os japoneses viveram em uma economia deflacionária, com preços em queda ano a ano. Eles não se preocupam com inflação da mesma forma que os outros países, por isso essa manutenção de juros baixos”, diz Alves. Em maio, a inflação ao consumidor do país era de 3,2% no acumulado de 12 meses – acima da meta do Banco do Japão de 2%. O pico foi verificado em janeiro, quando o aumento de preços chegou a 4,3%. Entretanto, a dinâmica inflacionária em um país historicamente deflacionário é vista com bons olhos pelos bancos internacionais. Segundo o JP Morgan, essa transição “provavelmente aumentará a taxa de repasse de preços, que tem sido estruturalmente baixa para as



empresas japonesas”. Este, inclusive, é um dos impulsionadores das ações em 2023. “Se o Japão puder fazer a transição com sucesso para uma economia inflacionária, acreditamos que o desconto de avaliação aplicado às ações na última década poderia diminuir e levar os múltiplos de preço/lucro (P/L) à mediana histórica de 15x – 16x (valor justo de médio prazo)”, diz o relatório. A corretora OctaFX destaca que a atividade econômica no país está forte e espera um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) ao fim de 2023. “A demanda do consumidor tem sido particularmente forte este ano. As vendas no varejo atingiram um pico anual de 7,2% em março e os gastos de capital das empresas atingiram dois dígitos no primeiro trimestre (11%).” As projeções de inflação no Japão pela OctaFX são de 2,3%, em média, nos próximos três anos. O Bank of America espera que a economia do país permaneça sólida nos próximos dois anos e calcula PIB de 1,3% em 2023 e 1,2% em 2024. Até o momento, o Banco do Japão manteve a sua política de juros negativos (-0,1%) e o presidente Kazuo Ueda afirmou ao parlamento em junho que pretende manter assim. Entretanto, Alves, gestor da Kinea, acredita que em algum momento o banco central irá mudar esse sistema. “Se os juros no ocidente continuarem subindo, eles ficarão mais pressionados. Se a inflação atingir o setor de serviços também será uma bandeira vermelha”, diz. Se BoJ tiver certeza sobre alta da inflação em 2024, pode mudar política, diz presidente Reformas na Bolsa: Além da conjuntura econômica, a Bolsa do Japão também fez mudanças estruturais nos últimos meses que afetaram a atratividade das empresas listadas. A principal delas é uma medida que exige que as empresas paguem dividendos aos seus acionistas ou criem programas de recompra de ações para valorizar o preço dos papéis. O prazo para ajuste às novas regras se estende até 2026. As empresas que não se adequarem serão deslistadas da bolsa de valores. Para o gestor da Kinea, as mudanças priorizam o retorno dos investimentos principalmente para os acionistas minoritários, o que também impacta na política de governança corporativa, o que é positivo. “Isso melhora a estrutura do mercado de capitais e a visão dos investidores”. A notícia de que a empresa de Warren Buffett, Berkshire Hathaway (BRK.B), aumentou a sua posição em empresas japonesas chamou a atenção do mercado financeiro neste primeiro semestre. Em comunicado ao mercado, a companhia afirmou que o aumento de participação seria para uma média de 8,5%, em cinco empresas japonesas: Itochu, Marubeni, Mitsubishi, Mitsui e Sumitomo. O movimento de Buffett fez com que muitos investidores estrangeiros se aglomerassem no Japão. Dados da plataforma Trading Economics mostraram que os investimentos em ações japonesas por estrangeiros somaram US\$ 68,40 bilhões entre a primeira semana de abril e metade de junho. O próprio investidor bilionário viajou até o Japão para se reunir com



executivos das companhias investidas. As empresas, que têm negócios variados, desde comércio de gás até o cultivo de salmão, tiveram aumento nos lucros no último ano fiscal devido aos altos preços das commodities e ao iene fraco. **Dólar: após queda de mais de 9% no 1º semestre do ano, moeda seguirá em baixa? Veja 8 projeções:** Muitas casas, como UBS Wealth, Credit Suisse e Bradesco BBI, veem pouco espaço para fortes quedas até o fim do ano, mas não veem moeda voltando aos R\$ 5. O dólar fechou o primeiro semestre de 2023 a R\$ 4,789 na compra e R\$ 4,79 na venda, com uma queda expressiva de 9,27%. Vários fatores levaram a esse movimento: melhores dados na nossa balança comercial, principalmente ligado ao agro, e principalmente em relação a retirada de incertezas por parte dos investidores, em relação ao risco fiscal no Brasil, levaram a uma valorização da moeda com a entrada de capital por aqui. “O mercado, que estava cético com o governo atual, acabou se surpreendendo principalmente em relação ao trabalho do ministro da Fazenda – Fernando Haddad – que se saiu como uma voz conciliadora entre governo e o BC”, avaliou Andre Fernandes, head de renda variável e sócio da A7 Capital, em análise para o InfoMoney, destacando também o avanço do arcabouço fiscal no Congresso. Além disso, mesmo com a projeção de corte de juros por aqui em breve, o diferencial significativo entre os juros por aqui e o dos principais países desenvolvidos manteve o apelo por operações de carry trade no primeiro semestre. O carry trade é uma prática comum quando o Brasil tem taxas de juros elevadas em relação a economias desenvolvidas (que é o caso atualmente). Um fluxo comum é a de entrada de recursos estrangeiros para aproveitar essa diferença. Ou seja, investidores que estão em países com taxas mais baixas que as nossas podem pegar seus recursos, converter esse dinheiro da moeda origem para o real e, a partir disso, investir o dinheiro em ativos brasileiros com remuneração superior à taxa vigente do país de origem. Assim, a diferença entre as taxas será um fator positivo na remuneração desse investimento no carry trade. Contudo, sobre o tema, há um ponto de atenção: ainda que o carry trade continue atrativo, analistas apontam que, se houver um corte repentino nos juros pelo Banco Central por aqui, o dólar pode voltar a superar os R\$ 5. Ainda que muitos não vejam tanto espaço para novas quedas do dólar, analistas, em sua maioria, não veem o dólar superando os R\$ 5 ainda este ano. Confira:

1. UBS Wealth Management – R\$ 4,60 no 3º tri, R\$ 4,80 no fim do ano: O UBS Wealth Management reduziu a sua projeção para o dólar de R\$ 4,85 no terceiro trimestre deste ano para R\$ 4,60. Já para o fim de 2023, a expectativa era de R\$ 5,00 e passou para R\$ 4,80. No primeiro trimestre do ano que vem, a projeção da moeda americana se manteve em R\$ 5 e a do segundo trimestre de 2024 foi de R\$ 5,25 para R\$ 5,00. De acordo com



Ronaldo Patah e Alejo Czerwonko, que assinam o relatório, há uma combinação de fatores que leva a essa nova projeção, como o novo regime de metas para a inflação e a aproximação do ciclo de corte de juros no Brasil podendo reduzir a pressão sobre o câmbio. ” A decisão do CMN, aliada à redução da inflação, deve abrir espaço para o Banco Central do Brasil iniciar um ciclo de flexibilização em agosto, quando as expectativas de inflação para 2024 devem ficar mais próximas da meta”, apontam os especialistas, referindo-se à decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) da semana passada de manter a meta de inflação em 3% para 2024, 2025 e 2026, mas alterar o regime de ano-calendário para contínuo a partir de 2025. O banco também vê a reforma tributária ganhando força e a balança comercial como fatores para impulsionar a moeda doméstica. Isso mesmo diante do cenário externo, com chances dos bancos centrais de países desenvolvidos elevarem suas taxas de juros (com destaque para o Federal Reserve).

2. Credit Suisse – R\$ 4,70 no 3º trimestre: O Credit Suisse reduziu recentemente sua projeção para o dólar para o terceiro trimestre de R\$ 5 para R\$ 4,70 (com um intervalo entre R\$ 4,58 e R\$ 5,15). O banco destacou que segue vendo o real como atrativo por seu alto carry trade (mesmo com a queda de juros, o diferencial entre as taxas seguirá alto) e contas externas saudáveis. Contudo, pelo fato da moeda ser vista como uma “compra consensual”, existe um risco de correção no curto prazo, com operadores embolsando lucros. O Credit destaca que o real superou as expectativas no segundo trimestre, visto que houve uma redução das preocupações com o risco político, especialmente em torno de possíveis mudanças na meta de inflação, permitindo que os mercados se concentrassem no carry trade atraente e na balança de pagamentos sólida. “Dito isso, mesmo em um cenário de corte de juros mais rápido, o colchão de carry trade permaneceria substancial e atraente, e eventuais ralis do dólar em relação ao real provavelmente serão de duração curta”, avalia.

3. BofA – R\$ 4,90 no fim do ano: O Bank of America apontou as suas projeções para a moeda brasileira para até o fim de 2023, com uma visão “neutra” para a moeda brasileira, projetando o dólar a R\$ 4,90 até o fim de 2023. Na frente de política monetária, a inflação tem ficado abaixo do esperado, o que reforça o case de cortes de juros já em agosto, na visão do BofA. Para os estrategistas do banco, este pode ser um fator para a queda do real por diminuir a atratividade do carry trade, mas no curto prazo alguns outros fatores que reduzam a incerteza podem ajudar a superar esses riscos.

4. Goldman Sachs – R\$ 4,40 no fim do ano: Em relatório de meados de junho, a equipe do Goldman Sachs, liderada por Kamakshya Trivedi, revisou as projeções para o dólar



para os próximos três, seis e 12 meses para R\$ 4,60, R\$ 4,40 e R\$ 4,40, respectivamente, ante projeções anteriores de R\$ 4,90, R\$ 4,85 e R\$ 4,80. “Dado o ponto de partida elevado para as taxas reais e o progresso contínuo (na redução) da inflação, esperamos que os diferenciais de juros reais continuem favoráveis ao câmbio mesmo quando a normalização da política monetária começar, e acreditamos que os fluxos de renda fixa continuam sendo um importante vento favorável para o real”, apontou na ocasião. “Embora uma pequena retração após um forte rali (do real) seja certamente possível, achamos que o dólar spot ainda tem espaço para uma tendência de baixa”, completou o banco no documento.

5. Bradesco BBI – R\$ 4,80 no fim de 2023: Logo após a decisão do CMN da semana passada, o Bradesco BBI revisou as suas projeções para o dólar. O banco espera que o dólar termine 2023 a R\$ 4,80 (ante visão anterior de R\$ 5,20) e para R\$ 4,90 em 2024 (ante visão anterior de R\$ 5,25). Além disso, revisou sua projeção para o IPCA de 2023 de 5,8% para 5,2% e para 2024 de 4,1% para 3,9%. “Pensamos que os riscos estão enviesados para um cenário mais construtivo para o Brasil”, avalia o banco, que monitora os desdobramentos da reforma tributária, cenário de atividade doméstica e mais medidas para aumentar as receitas como os próximos eventos para ficar de olho.

6. Robin Brooks, do Instituto de Finanças Internacionais – valor justo de R\$ 4,50: O economista-chefe do IIF sinalizou que enxerga o valor “justo” do real – condizente com os fundamentos do Brasil – como R\$ 4,50. “Não há precedentes para a transformação da balança comercial do Brasil em superavitária. Também não é o caso de essa mudança ser devida a uma colheita ‘sortuda’. Afinal, isso esteve em andamento pela última década. O real se tornará a moeda âncora para a América Latina”, disse em postagem no Twitter no mês passado.

7. José Faria Júnior, diretor da consultoria Wagner Investimentos – R\$ 4,65 no curto prazo: Para Faria Júnior, o dólar à vista tem espaço para voltar às mínimas vistas em 2022, com cotações em torno de R\$ 4,65. Quando o Federal Reserve iniciar o processo de cortes de juros nos EUA – algo que deve acontecer apenas em 2024 – as cotações no Brasil podem cair ainda mais, avalia o consultor.

8. Santander Brasil – destoante projeção dólar a R\$ 5,40 no fim do ano: Destoando de boa parte do maior otimismo com o real, o Santander projeta o dólar cotado em R\$ 5,40 ao fim de 2023 e vá a R\$ 5,50 em 2024. “Apesar da solidez das contas externas, seguimos antevendo espaço limitado para o real se valorizar à frente em função de i) uma perspectiva de condições monetárias ainda apertadas no exterior; e ii) riscos de implementação associados ao novo arcabouço fiscal. Assim, mantivemos nossa visão de



que os déficits em transações correntes flutuarão entre 2,5-3,0% do PIB entre 2023 e 2025", apontam Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil, e a equipe de Macroeconomia do banco em relatório. **Renda fixa:** "CDB americano" chega a pagar mais de 5% em dólar, maior taxa desde anos 2000; veja o que são os CDs Maior remuneração está nos bancos digitais ou instituições de crédito regionais, mas é possível encontrar taxas elevadas também em bancos nacionais O processo de aumento de juros nos Estados Unidos possibilita ao investidor encontrar algo impensável há poucos anos: um rendimento de mais de 5% em dólar aplicando em títulos bancários, os CDs (certificates of deposit, ou certificados de depósitos), equivalentes aos CDBs ofertados no Brasil. O Bankrate, serviço de dados voltados para o consumidor de produtos financeiros nos Estados Unidos, mostra que é possível obter retorno de até 5,5% ao ano em instituições que operam sobre as regras do FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation). Taxas em torno de 5% não eram encontradas desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, mas voltaram à prateleira das instituições financeiras em um momento de aperto monetário. A taxa de juros nos Estados Unidos está na faixa de 5% a 5,25% ao ano e a expectativa é de ao menos mais uma alta até o final de 2023 por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). As maiores taxas são pagas por bancos digitais ou instituições de crédito regional. No entanto, também é possível encontrar atualmente remuneração elevada para os padrões americanos em bancos de atuação nacional. Os retornos mais atrativos, independentemente da instituição, estão nos CDs de curto prazo. Isso porque a expectativa é de um afrouxamento da política monetária a partir do ano que vem. No CFG Bank, que opera no estado de Maryland, a taxa é de 5,38% nos CDs com prazo de vencimento em um ano. No de cinco anos, a taxa cai para 4,41%. Já no Barclays, de atuação nacional, os retornos são de 4,80% e 4,35% ao ano, respectivamente. **Opção para curto prazo:** Na avaliação de Guilherme Morais, analista da VG Research, os CDs podem ser uma alternativa para investidores que buscam uma ampliação de curto prazo da parcela da carteira dolarizada, mas é preciso tomar alguns cuidados. "É sempre importante buscar bancos seguros e de maior porte. A segurança que o investidor possui nos Estados Unidos é o FDIC, uma espécie de FGC dos Estados Unidos", explica. O investidor que aplica em produtos bancários de instituições financeiras ligadas ao FDIC tem seus depósitos garantidos no valor de até US\$ 250 mil. É um seguro similar ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que no Brasil garante os depósitos bancários de até R\$ 250 mil por CPF caso a instituição financeira passe por algum problema. No início do ano, os investidores do SVB (Silicon Valley Bank) e do First Republic foram surpreendidos pela quebra dos bancos. Para mostrar a solidez do



sistema, o FDIC na ocasião chegou a elevar o limite de US\$ 250 mil para que mais investidores ficassem protegidos. Antes de fazer a aplicação, o investidor também deve checar os termos do CD, como qual o valor mínimo requerido, prazo e possíveis penalidades em caso de resgate antecipado – quando isso é permitido. Moraes lembra ainda que para quem vai alocar em renda fixa nos Estados Unidos e tem um horizonte de investimento mais longo, o mais adequado são os bonds (títulos emitidos por empresas) ou as Treasuries (títulos públicos do Tesouro americano). “É preciso fazer essa alocação pensando nos riscos envolvidos, na marcação a mercado e, como usualmente são títulos de alto valor de investimento, na concentração da carteira. Talvez os ETFs sejam um caminho mais simples para o investidor brasileiro que deseja a renda fixa americana”, avalia. **Risco de recessão:** A decisão da alocação também deve levar em conta o cenário macroeconômico. Em relatório, o JP Morgan ainda vê um cenário em que a probabilidade de recessão nos Estados Unidos é de 55%, mas tendo início apenas no próximo ano. Já a probabilidade de um crescimento baixo é de 40%. O cenário traçado para o terceiro trimestre de 2023 é um pouco melhor do que o do trimestre anterior, que dava uma probabilidade de 60% para recessão e de 35% para baixo crescimento. “Em nossa opinião, o Federal Reserve precisaria ver o núcleo da inflação perto de 2% e o desemprego subindo para 4% antes de cortar as taxas. Embora sejamos céticos de que a inflação possa retornar à meta sem uma recessão, é improvável que comece antes de 2024”, de acordo com o relatório. O risco desses dois cenários é o Fed resolver apertar os juros além do projetado para colocar a inflação na meta – o que poderia antecipar o cenário de recessão. Por essa razão, a avaliação é de que na renda fixa o melhor é optar por créditos de alta qualidade no caso do cenário de baixo crescimento se confirmar.

3º AVALIAÇÃO CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA TABOÃOPREV: JUNHO DE 2023:

TÍTULOS PÚBLICOS	120.184.237,94	13,44%	TÍTULOS PÚBLICOS - R\$ 120.184.237,94
TÍTULOS PRIVADOS	98.144.503,76	10,98%	TÍTULOS PRIVADOS - R\$ 98.144.503,76
IMA-B	54.166.496,04	6,06%	LONGO PRAZO - R\$ 67.484.489,54
FIDC	R\$ -	0,00%	
CRÉDITO PRIVADO	13.317.993,50	1,49%	
IMA-B 5	75.357.140,31	8,43%	MÉDIO PRAZO - R\$ 83.760.178,07
IDKA IPCA 2A	8.403.037,76	0,94%	
CDI	276.451.356,66	30,92%	CURTO PRAZO - R\$ 276.451.356,66
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	28.218.473,40	3,16%	AÇÕES - R\$ 112.113.749,38
AÇÕES - VALOR	11.406.913,93	1,28%	



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária




AÇÕES - DIVIDENDOS	14.367.981,45	1,61%	
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	30.443.250,05	3,40%	
AÇÕES - LIVRES	27.677.130,55	3,10%	
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	18.852.430,53	2,11%	MULTIMERCADO - R\$ 26.342.621,80
MULTIMERCADO - OUTROS	7.490.191,27	0,84%	
FUNDO IMOBILIÁRIO	6.527.597,64	0,73%	FUNDO IMOBILIÁRIO - R\$ 6.527.597,64
FIP	1.370.900,98	0,15%	FIP - R\$ 1.370.900,98
AÇÕES - EXTERIOR	37.697.918,27	4,22%	EXTERIOR - R\$ 101.831.781,44
MULTIMERCADO - EXTERIOR	64.133.863,17	7,17%	

Os membros do Conselho Fiscal acompanharam a Carteira de Investimentos da Taboãoprev e concluíram que os investimentos estão abrangendo os vértices de Longo, Médio e Curto Prazo, e observaram que as recomendações de investimentos têm sido seguidas com a devida cautela, respeitando os limites da política de investimentos e as exigências da Resolução nº 4.963/2021. Os membros do Conselho Fiscal também analisaram a rentabilidade mensal em percentual de todos os investimentos em Renda Fixa, Renda Variável e no Exterior da Taboãoprev até o mês de junho /2023.

4º Aprovação das contas de junho de 2023 e Evolução dos Investimentos e Rentabilidade Acumulada até junho de 2023: o Sr. Daniel César tomou a palavra e explicou aos conselheiros que até a presente data a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra e a Câmara Municipal estão em dia com o repasse da contribuição dos Servidores e Patronal. Os acordos de parcelamento, em especial o ACORDO DE PARCELAMENTO nº 513/2021, estão sendo pagos em dia, conforme demonstrado abaixo:

Termos de Parcelamento em vigor: Base Junho/2023			
ACORDOS DE PARCELAMENTO	PARCELA Nº	VALORES ATUALIZADOS	LEGISLAÇÃO
0573/2015	095/240	563.500,16	Lei nº 2.228/2015
0238/2016	088/240	13.926,69	Lei nº 2.246/2016
0513/2021	027/60	725.460,26	Lei nº 2.368/2021
TOTAL MENSAL		R\$ 1.302.887,11	

Na sequência foi explicado aos conselheiros o Demonstrativo de Receita, Despesas e saldo, constatou-se saldo financeiro no valor de **R\$ 903.976.314,94** (Novecentos e Três Milhões, 



Novocentos e Setenta e Seis Mil, Trezentos e Quatorze Reais e Noventa e Quatro Centavos), referentes à prestação de contas/saldo financeiro do mês de junho de 2023, que foi apreciada pelos conselheiros, o Conselho Fiscal também apreciou a Evolução dos Investimentos e a Rentabilidade Acumulada das Aplicações que totalizam **R\$ 894.211.417,20** (Oitocentos e Noventa e Quatro Milhões, Duzentos e Onze Mil, Quatrocentos e Dezessete Reais e Vinte Centavos), distribuídos em Renda Fixa R\$ 646.024.765,97, Renda Variável R\$ 196.172.118,16 e Investimentos no Exterior R\$ 52.014.533,08, apresentando uma rentabilidade positiva no mês de **R\$ 19.120.590,09**, equivalendo a um retorno de **2,19%** no mês, sendo que a meta atuarial acumulada no ano está em **6,55%** a.a. e a rentabilidade acumulada da Taboãooprev está em **5,25%** a.a., ou seja, **a Taboãooprev está 1,30% acima da meta atuarial**. De acordo com a Resolução nº 4.963/2021 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, foi constatado que as aplicações estão sendo feitas de acordo com a legislação, portanto, os membros do Conselho Fiscal consideraram aprovadas as contas e os investimentos referentes ao mês de junho de 2023, e juntamente com o Conselho Deliberativo e com o Comitê de Investimentos, estarão acompanhando com atenção os investimentos.

5º. Aprovar e referendar os investimentos apresentados no Relatório Analítico dos Investimentos Base: junho/2023: Os conselheiros analisaram o relatório analítico dos investimentos que reflete o que é apresentado mensalmente ao conselho em relação aos investimentos da Taboãooprev, os membros do Conselho Fiscal aprovaram os investimentos por estarem de acordo com a Política de Investimentos de 2023 e de acordo com a legislação vigente.

6º Acompanhamento da Evolução da execução do orçamento da Taboãooprev: Como forma de acompanhar o correto andamento da Gestão Previdenciária, os conselheiros analisaram a "Evolução da Execução do Orçamento" de 2023 da Taboãooprev. Foram analisadas as RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, sendo as principais: Contribuições (do ente, servidores, aposentados e pensionistas, Parcelamentos devidos pelo ente, Rendimentos das aplicações financeiras e investimentos patrimoniais e Recursos da compensação financeira previdenciária COMPREV (tem por finalidade ressarcir o regime instituidor do benefício (RPPS) dos valores recolhidos ao regime de origem do segurado (RGPS)). Também foram analisadas as DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS, sendo as principais: Pagamento de Aposentados e Pensionistas, Despesas da compensação financeira previdenciária COMPREV (tem por finalidade ressarcir regime instituidor do benefício (RGPS) dos valores recolhidos ao regime de origem do segurado (RPPS)) e Despesas relacionadas à Taxa de



TABOÃOOPREV

Autarquia Previdenciária



Administração da Autarquia (destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da Unidade Gestora do RPPS, inclusive para a conservação do seu patrimônio). A seguir apresentamos o quadro resumido da execução orçamentária:

Receitas 2023	R\$	Despesas 2023	R\$
Valor Previsto	111.518.500,00	Fixado Final	114.058.500,00
Transferências Financeiras	2.540.000,00		
Valor Arrecadado	9.920.959,51	Realizado	6.616.667,70
Percentual Arrecadado sobre Previsto	58,87%	Percentual Realizado sobre Fixado	35,87%
Superávit Orçamentário de R\$ 26.234.383,19 (Valor Arrecado das Receitas - Valor Realizado das Despesas)			

Conforme o quadro resumo, até a presente data, cerca de **58,87%** das Receitas Previstas foram arrecadadas e cerca de **35,87%** das Despesas Fixadas já foram realizadas pela autarquia. Em relação às receitas, as Contribuições Previdenciárias dos servidores e dos entes tem sido repassada sem atrasos, os parcelamentos têm sido pagos em dia e sem atrasos, a autarquia tem recebido o COMPREV de acordo com o cronograma da Secretaria de Previdência e os rendimentos das aplicações financeiras no acumulado do ano estão apresentando um resultado positivo. Destacamos que a elevação da arrecadação da Receita, em parte, é reflexo da Lei Complementar nº 381/2022 que reajustou o "Piso Salarial" dos educadores do Quadro do Magistério Municipal. Em relação às Despesas, a autarquia tem percebido uma elevação nos pagamentos de aposentados e pensionistas, devido ao aumento nos pedidos de aposentadoria, assim como aumento de falecimentos de beneficiários, os pagamentos do COMPREV estão em ordem, de acordo com o cronograma da Secretaria de Previdência, em relação as despesas relacionadas a Taxa de Administração, até a presente data, todas encontram-se equilibradas e sem aumentos significativos.

7º Aplicação dos recursos repassados para a Taboãoprev: A maioria dos membros do Comitê de Investimentos da Taboãoprev estão devidamente certificados, conforme estabelece a Regra Transitória do Ministério da Previdência, apesar disto, a Diretoria Executiva continua enfatizando aos membros do Comitê de Investimentos, sobre a necessidade de todos os conselheiros estarem devidamente certificados.



8º Leitura e acompanhamento das Atas das Reuniões do Comitê de Investimentos: passam a ser mensais. Os conselheiros acompanharam a leitura da Ata da 211ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos (Reunião conjunta) realizada em 26/07/2023 e homologaram com as alterações promovidas pela LC nº 379, de 13/04/2022, as reuniões do Comitê de Investimentos as decisões constantes na referida ata.

Nada mais havendo a tratar, o presidente conselheiro Jair José dos Santos deu por encerrada a reunião, na qual foi lavrada e assinada por mim, Thomaz Martin Gonçalves Oyamaguchi, que secretariei esta reunião do Conselho e por todos os presentes.

Jair José dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal

Thomaz Martin Gonçalves Oyamaguchi
Secretário do Conselho Fiscal

Eliana Bencini Lantyer
Superintendente Autárquica

Laércio Calmon dos Santos
Conselheiro do Conselho Fiscal

Daniel César
Diretor de Previdência

Thaysa Pinheiro Monteiro
Diretora Financeira



TABOÃOOPREV

Autarquia Previdenciária



Rentabilidade acumulada das aplicações – Base Junho/2023

RENDA FIXA				
Rentabilidade dos Ativos	No Ano	No Mês	SALDO	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,75%	2,37%	R\$ 38.691.668,00	
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10,63%	2,35%	R\$ 10.072.227,19	
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IMA-B FI RENDA FIXA	7,77%	1,60%	R\$ 5.402.600,85	
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	7,48%	1,25%	R\$ 33.123.102,78	
LETRA FINANCEIRA SAFRA	7,41%	0,84%	R\$ 87.149.230,40	
LETRA FINANCEIRA BTG	7,08%	1,09%	R\$ 10.995.273,36	
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6,79%	1,19%	R\$ 124.146.711,05	
SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RENDA FIXA	6,72%	1,03%	R\$ 75.357.140,31	
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	6,71%	1,03%	R\$ 7.926.583,00	
SAFRA EXTRA BANCOS FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	6,59%	1,11%	R\$ 5.391.410,50	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6,38%	1,02%	R\$ 8.403.037,76	
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6,23%	1,07%	R\$ 32.217.993,00	
META ATUARIAL (IPCA+5,01% a.a.)	5,64%	0,34%		
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	5,05%	1,12%	R\$ 86.963.549,83	
TÍTULOS PÚBLICOS	4,23%	-0,09%	R\$ 120.184.237,94	
TREND BANK BANCO DE FOMENTO FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	0,00%	0,00%	R\$ -0,01	

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				
Rentabilidade dos Ativos	No Ano	No Mês	SALDO	
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	12,29%	4,88%	R\$ 9.951.381,21	
GLOBAL X CLOUD COMPUTING USD INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	12,16%	0,68%	R\$ 6.128.134,07	
META ATUARIAL (IPCA+5,01% a.a.)	5,64%	0,34%		
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	4,31%	-1,39%	R\$ 14.316.614,81	
SCHRODER SUSTENTABILIDADE GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	2,90%	-2,57%	R\$ 21.618.402,99	

Taboãoprev – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra

Rua Mario Latorre, 130 – Parque Pinheiros – CEP 06767-230 – Taboão da Serra – SP
Tels: (11) 4787-6029 / 4135-4977 / 4701-8344
www.taboaoprev.com.br

1



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária



Rentabilidade acumulada das aplicações – Base Junho/2023

RENTA VARIÁVEL				
Rentabilidade dos Ativos	No Ano	No Mês	SALDO	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS FIP MULTIESTRATÉGIA	35,50%	-0,02%	R\$ 579.920,97	
RB CAPITAL DESENVOLVIMENTO RESIDENCIAL II FII - RBDS11	29,71%	0,36%	R\$ 3.737,30	
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	18,66%	6,98%	R\$ 38.707.427,43	
BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRGR11	18,48%	14,76%	R\$ 1.552.600,34	
SAFRA S&P REAIS PB FIC MULTIMERCADO	18,47%	6,92%	R\$ 11.109.820,93	
BTG PACTUAL FUNDO DE FUNDOS FII - BCF11	12,94%	7,08%	R\$ 788.920,00	
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	10,32%	8,09%	R\$ 2.381.272,47	
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	9,80%	8,96%	R\$ 28.218.473,40	
BTG PACTUAL CRÉDITO IMOBILIÁRIO FII - BTC11	8,83%	0,17%	R\$ 362.340,00	
RIO BRAVO PROTEÇÃO FI MULTIMERCADO	8,80%	3,96%	R\$ 16.171.493,59	
SCHRODER BEST IDEAS FI AÇÕES	8,25%	7,81%	R\$ 11.040.429,72	
BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I FICFIP	8,20%	-0,14%	R\$ 790.979,99	
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	7,30%	9,39%	R\$ 3.364.220,38	
RIO BRAVO PROTEÇÃO BOLSA AMERICANA II FI MULTIMERCADO	6,99%	1,52%	R\$ 7.490.191,27	
AZ QUEST AÇÕES FIC AÇÕES	6,38%	9,93%	R\$ 8.333.060,91	
CLARITAS VALOR FEEDER FIC AÇÕES	6,20%	8,31%	R\$ 11.406.913,93	
MAG STRATEGY FI MULTIMERCADO	5,85%	1,27%	R\$ 2.680.936,94	
META ATUARIAL (IPCA+5,01% a.a.)	5,64%	0,34%		
NAVI INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	5,40%	10,24%	R\$ 4.939.419,54	
PLURAL AÇÕES FIC AÇÕES	5,36%	7,28%	R\$ 30.443.250,05	
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	4,81%	8,13%	R\$ 3.868.096,02	
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	3,55%	8,65%	R\$ 5.140.668,82	
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	0,36%	9,79%	R\$ 2.977.944,14	
CONQUEST FIP EMPRESAS EMERGENTES - FCCQ11	0,00%	0,00%	R\$ 0,01	
GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA	0,00%	0,00%	R\$ 0,01	
PARQUE DOM PEDRO SHOPPING CENTER FII - PQDP11	-7,82%	10,10%	R\$ 3.820.000,00	



TABOÃO PREV

Autarquia Previdenciária



Resolução nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos de 2023

Os limites respeitam as condições previstas na Resolução 4.963/21 em seus Artigo 7º § 7º e Artigo 8º § 3º para RPPS
Certificado pelo Pró-Gestor! TABOÃO PREV NÍVEL II DO PRÓ-GESTÃO RPPS

Base junho /2023

Artigos - Renda Fixa	Resolução %	Carteira	Carteira	Estratégia de Alocação Limite - 2023			GAP*
	Pró Gestão Nível 2	\$	%	Inferior	Alvo	Superior	Superior
					%	%	%
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'a'	100,00%	120.184.237,94	13,44%	3,00%	10,00%	55,00%	319.962.546,18
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	100,00%	197.865.169,04	22,13%	30,00%	40,00%	80,00%	441.919.496,11
Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	60,00%	216.512.861,73	24,21%	10,00%	17,00%	60,00%	262.549.890,27
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	98.144.503,76	10,98%	2,00%	5,00%	20,00%	61.866.090,20
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'a'	5,00%	0,01	0,00%	0,00%	0,02%	2,00%	16.001.059,39
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	5,00%	13.317.993,50	1,49%	0,00%	0,90%	5,00%	26.644.415,05
Total Renda Fixa	100,00%	646.024.765,97	72,25%	45,00%	72,92%	222%	
Artigos - Renda Variável	Resolução %	Carteira	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2023			GAP*
	Pró Gestão Nível 2	\$	%	Inferior	Alvo	Superior	Superior
					%	%	%
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	112.113.749,38	12,54%	5,00%	11,00%	40,00%	206.464.069,96
Artigo 8º, Inciso II	30,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
Artigo 10º, Inciso I	10,00%	76.159.870,16	8,52%	2,00%	7,00%	10,00%	2.938.718,21
Artigo 10º, Inciso II	5,00%	1.370.900,98	0,15%	0,00%	0,15%	1,00%	6.629.770,52
Artigo 11º	5,00%	6.165.257,64	0,69%	0,00%	0,90%	2,00%	9.668.130,61
Desenquadrado - RV	0,00%	362.340,00	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	-362.340,00
Total Renda Variável/Estruturado /Imobiliário	40,00%	196.172.118,16	21,94%	7,00%	19,05%	53,00%	
Artigos - Exterior	Resolução %	Carteira	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2023			GAP*
	Pró Gestão Nível 2	\$	%	Inferior	Alvo	Superior	Superior
					%	%	%
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	42.063.151,87	4,70%	2,00%	5,00%	10,00%	36.927.577,57
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	9.951.381,21	1,11%	0,50%	1,03%	10,00%	69.958.383,25
Total Exterior	10,00%	52.014.533,08	5,82%	2,50%	6,03%	20,00%	

*O GAP indica o valor que a TaboãoPrev ainda pode investir em cada artigo da Resolução nº 4.963/2021.

Artigo 7º, Inciso I, Alínea A - Até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC.
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B - Até 100% (cem por cento) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea 'a' deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.
Artigo 7º, Inciso III, Alínea A - até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos: a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);
Artigo 7º, Inciso V, Alínea A - até 5% (cinco por cento) em: a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
Artigo 7º, Inciso V, Alínea B - até 5% (cinco por cento) em: b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);
Artigo 8º, Inciso I - Até 30% (vinte por cento) cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);
Artigo 10º, Inciso I - No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes: I - até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);
Artigo 10º, Inciso II - No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes: II - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;
Artigo 11º , No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FI) negociadas nos pregões de bolsa de valores.
Artigo 9º, Inciso II - No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de: II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
Artigo 9º, Inciso III - No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de: III - cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

TaboãoPrev – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra

Rua Mario Latorre, 130 – Parque Pinheiros – CEP 06767-230 – Taboão da Serra – SP

Tels: (11) 4787-6029 / 4135-4977 / 4701-6344

www.taboaoprev.com.br



TABOÃOPREV



Autarquia Previdenciária

Resultado das Aplicações Financeiras nos últimos 12 meses Base Junho /2023

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta (%)
Julho/2022	762.841.322,27	12.890.280,00	5.668.024,76	781.444.739,41	11.381.161,90	1,51%	-0,29%
Agosto/2022	787.608.657,27	7.978.800,00	4.269.737,68	799.953.047,24	8.635.327,65	1,09%	0,07%
Setembro/2022	799.953.047,24	76.587.000,00	73.632.131,70	800.868.837,83	-2.039.077,71	-0,25%	0,10%
Outubro/2022	800.868.837,84	21.865.500,00	17.917.896,58	818.879.926,03	14.063.484,77	1,75%	0,97%
Novembro/2022	818.879.926,03	18.875.000,00	14.969.437,84	818.856.419,73	-3.929.068,46	-0,48%	0,79%
Dezembro/2022	818.856.419,73	239.568.701,65	239.076.418,53	815.902.378,16	-3.446.324,69	-0,42%	1,04%
Janeiro/2023	815.902.378,16	126.292.000,00	117.210.724,81	835.853.709,02	10.870.055,67	1,32%	0,96%
Fevereiro/2023	835.853.709,02	46.297.000,00	42.886.541,64	836.429.851,20	-2.834.316,18	-0,34%	1,19%
Março/2023	836.429.851,18	8.308.000,00	4.372.736,56	846.960.596,60	6.595.481,98	0,78%	1,13%
Abril/2023	846.960.596,60	98.493.200,00	95.627.144,23	857.935.378,88	8.108.726,51	0,95%	0,99%
Maião/2023	857.935.378,89	6.788.800,00	4.481.662,90	874.214.454,66	13.971.938,67	1,63%	0,65%
Junho/2023	874214454,66	28425000,00	27548627,52	894211417,21	19.120.590,07	2,19	0,34

Rentabilidade Acumulada no ano de 2023

55.832.476,73

6,55%

5,64%

Taboãoprev – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra

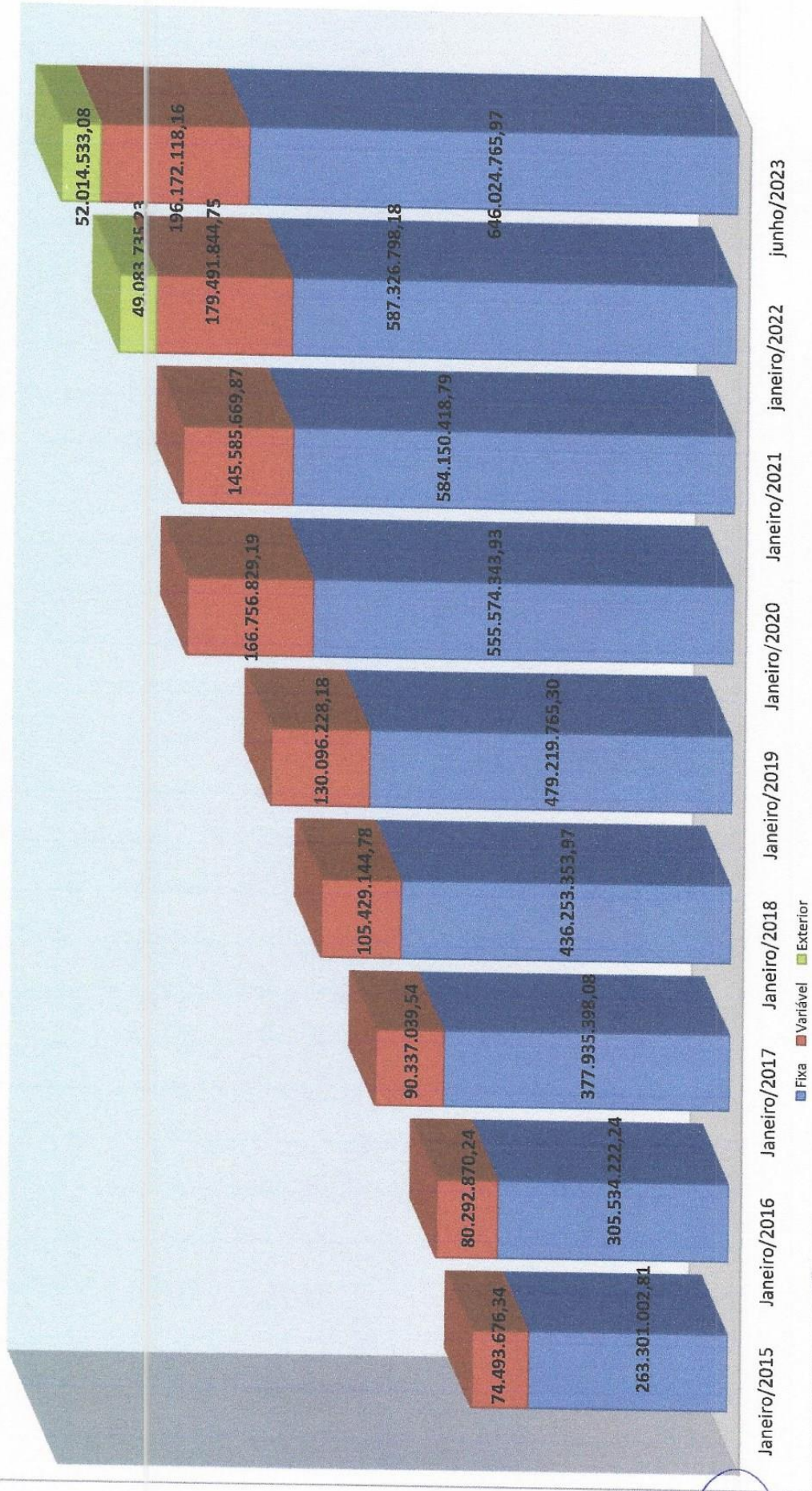
Rua Mario Latorre, 130 – Parque Pinheiros – CEP 06767-230 – Taboão da Serra – SP

Tels: (11) 4787-6029 / 4135-4977 / 4701-6344

www.taboaprev.com.br

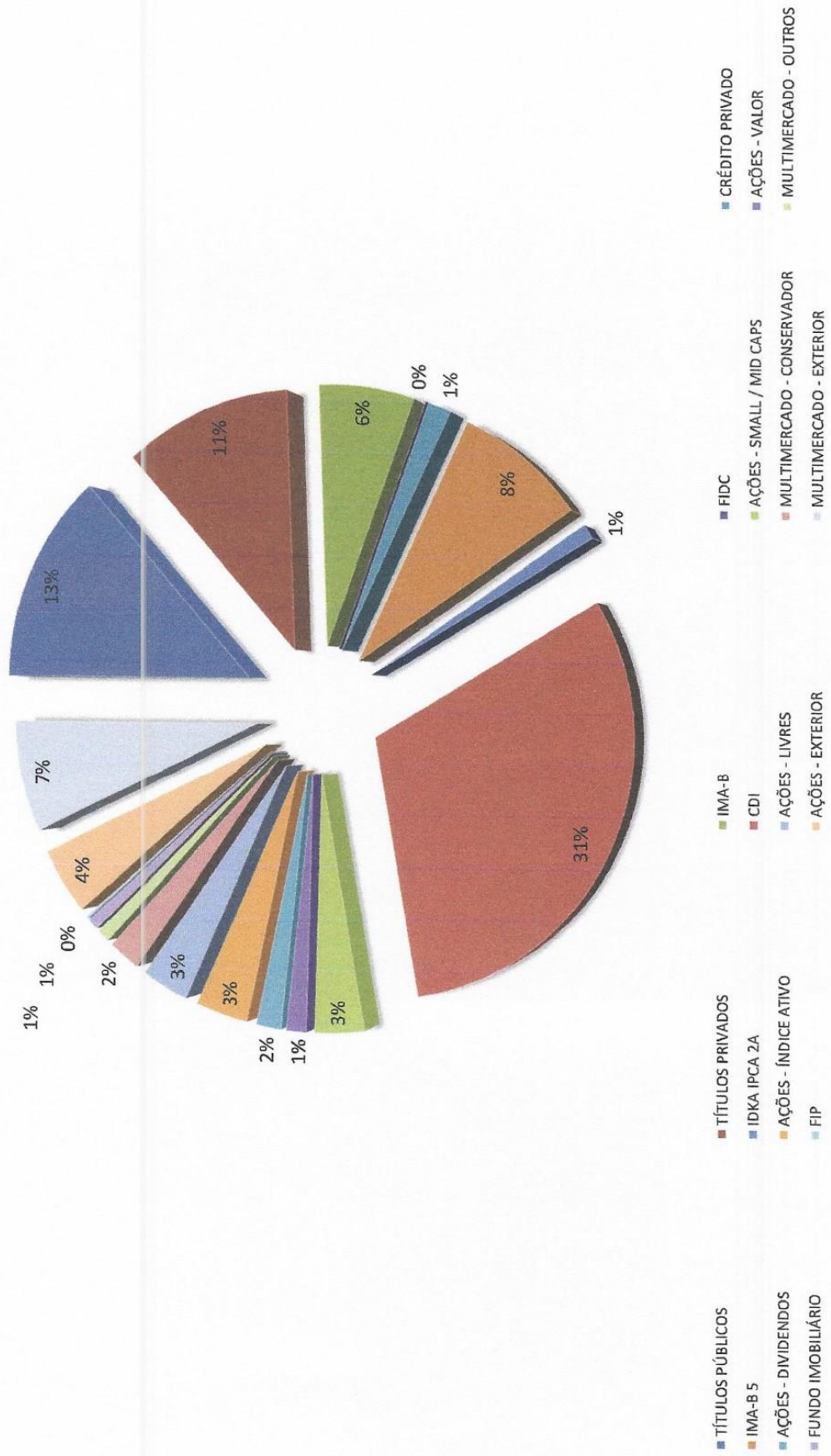


Evolução dos Investimentos da TaboãoPrev de Jan/2015 à jun/2023





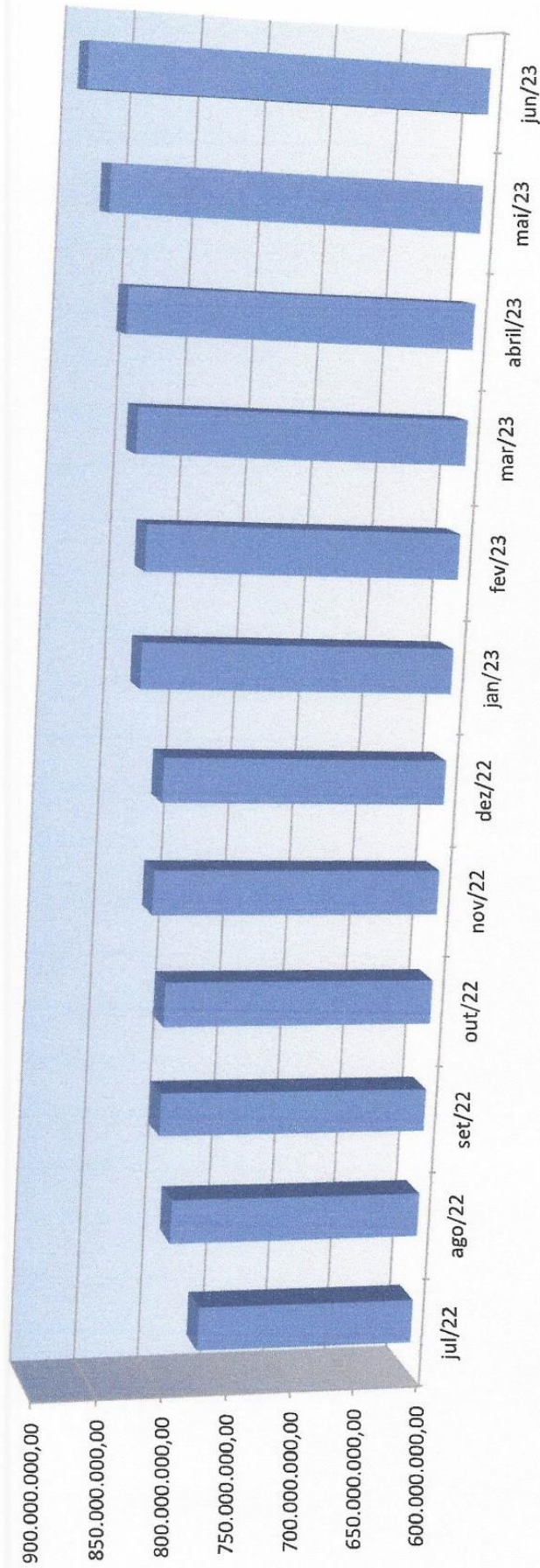
Distribuição dos Investimentos por Segmento junho/2023



(Handwritten signatures and initials)



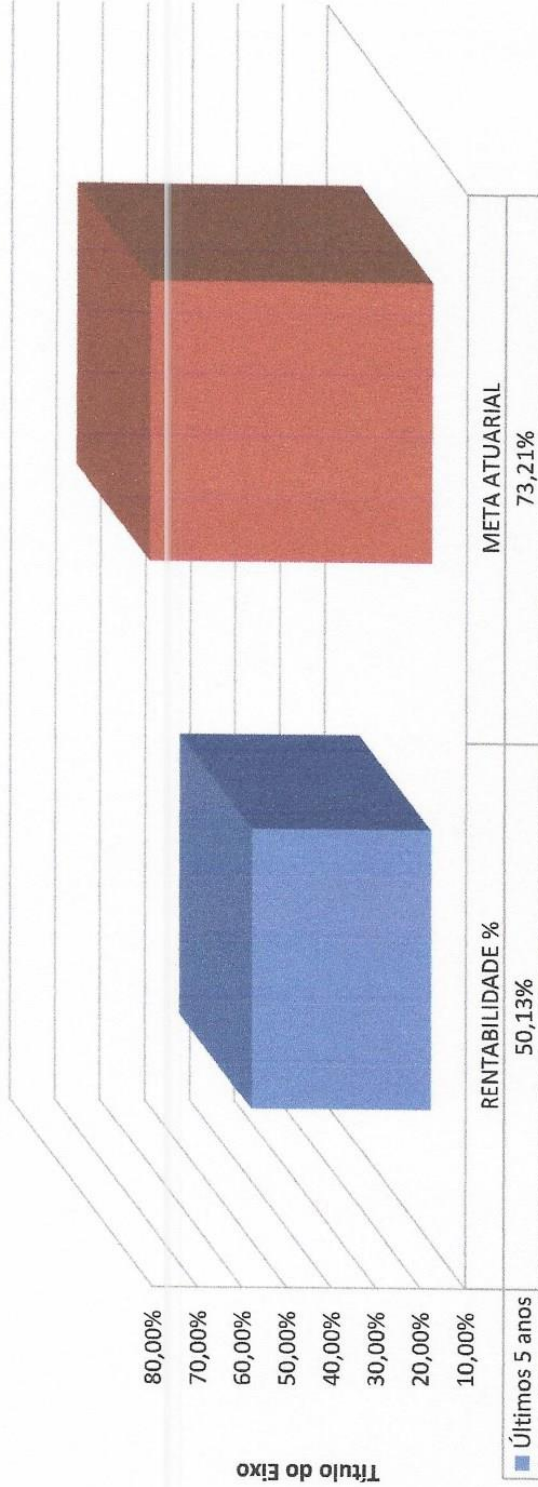
Evolução dos Investimentos últimos 12 meses



[Handwritten signatures]



Rentabilidade Acumulada nos últimos 5 anos

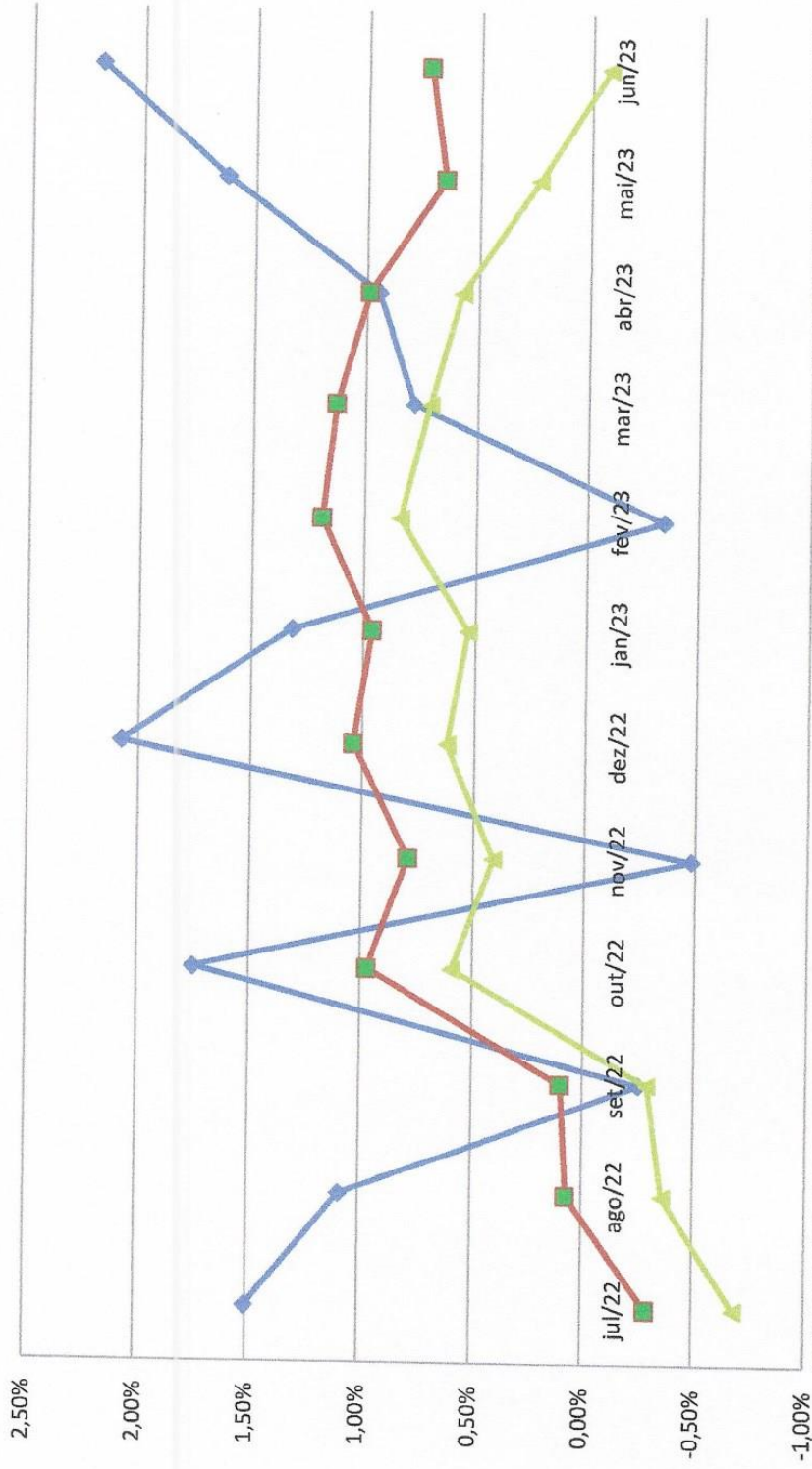


ANO	RENTABILIDADE EM R\$	RENTABILIDADE %	META ATUARIAL
2017	52.185.685,35	11,24%	9,04%
2018	49.574.529,27	9,26%	9,92%
2019	100.490.559,08	16,71%	10,59%
2020	30.800.872,25	4,34%	10,63%
2021	-473.634,92	-0,05%	16,50%
2022	16.293.726,38	2,08%	10,89%
2023	55.832.476,73	6,55%	5,64%
Últimos 5 anos	304.704.214,14	50,13%	73,21%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Comparativo da Meta Atuarial e Retorno da Carteira de Investimentos

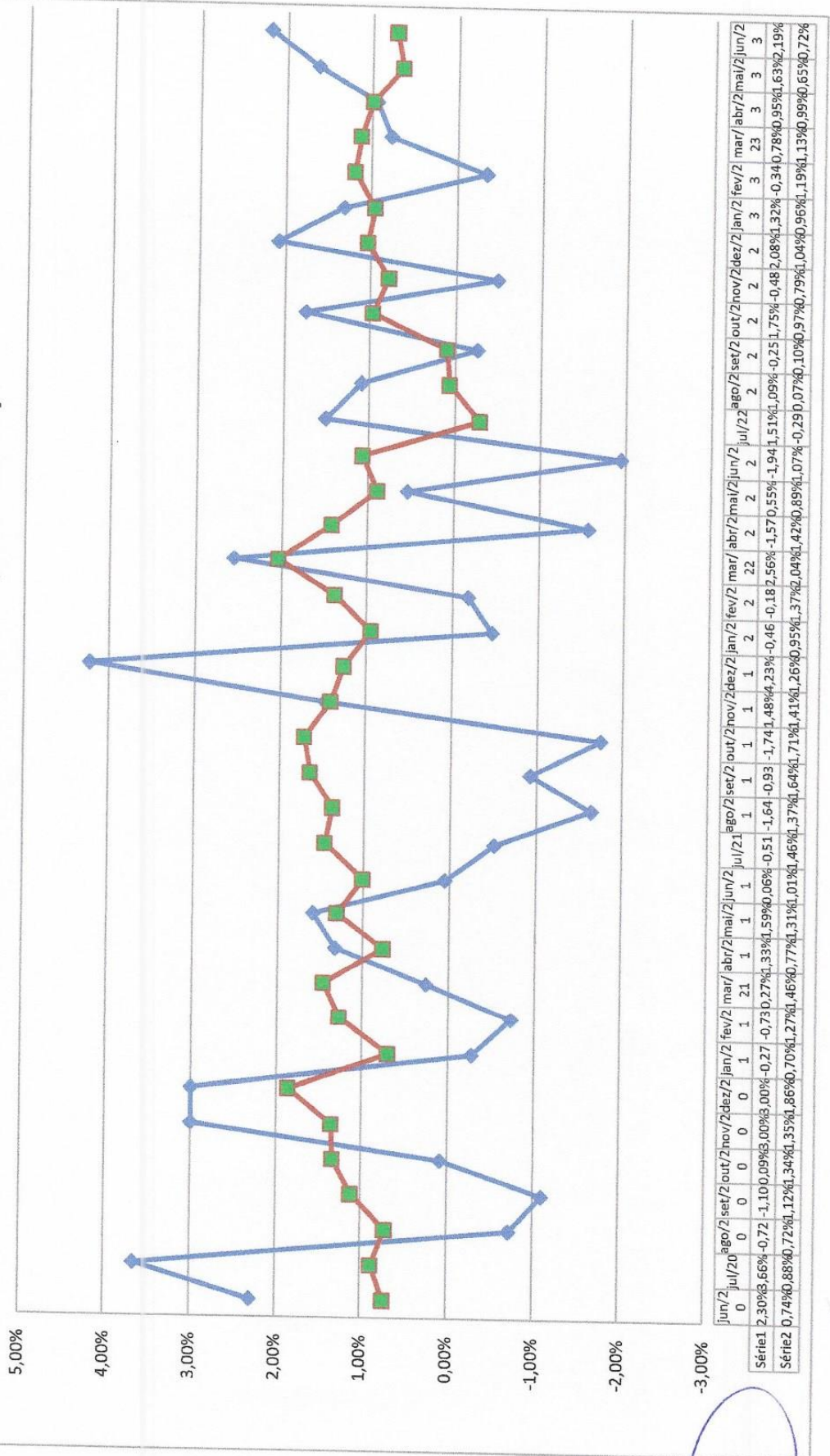


	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23
Retorno	1,51%	1,09%	-0,25%	1,75%	-0,48%	2,08%	1,32%	-0,34%	0,78%	0,95%	1,63%	2,19%
Meta Atuarial (%)	-0,29%	0,07%	0,10%	0,97%	0,79%	1,04%	0,96%	1,19%	1,13%	0,99%	0,65%	0,72%
IPCA%	-0,68%	-0,36%	-0,29%	0,59%	0,41%	0,62%	0,53%	0,84%	0,71%	0,57%	0,23%	-0,08%

(Handwritten signatures and initials)



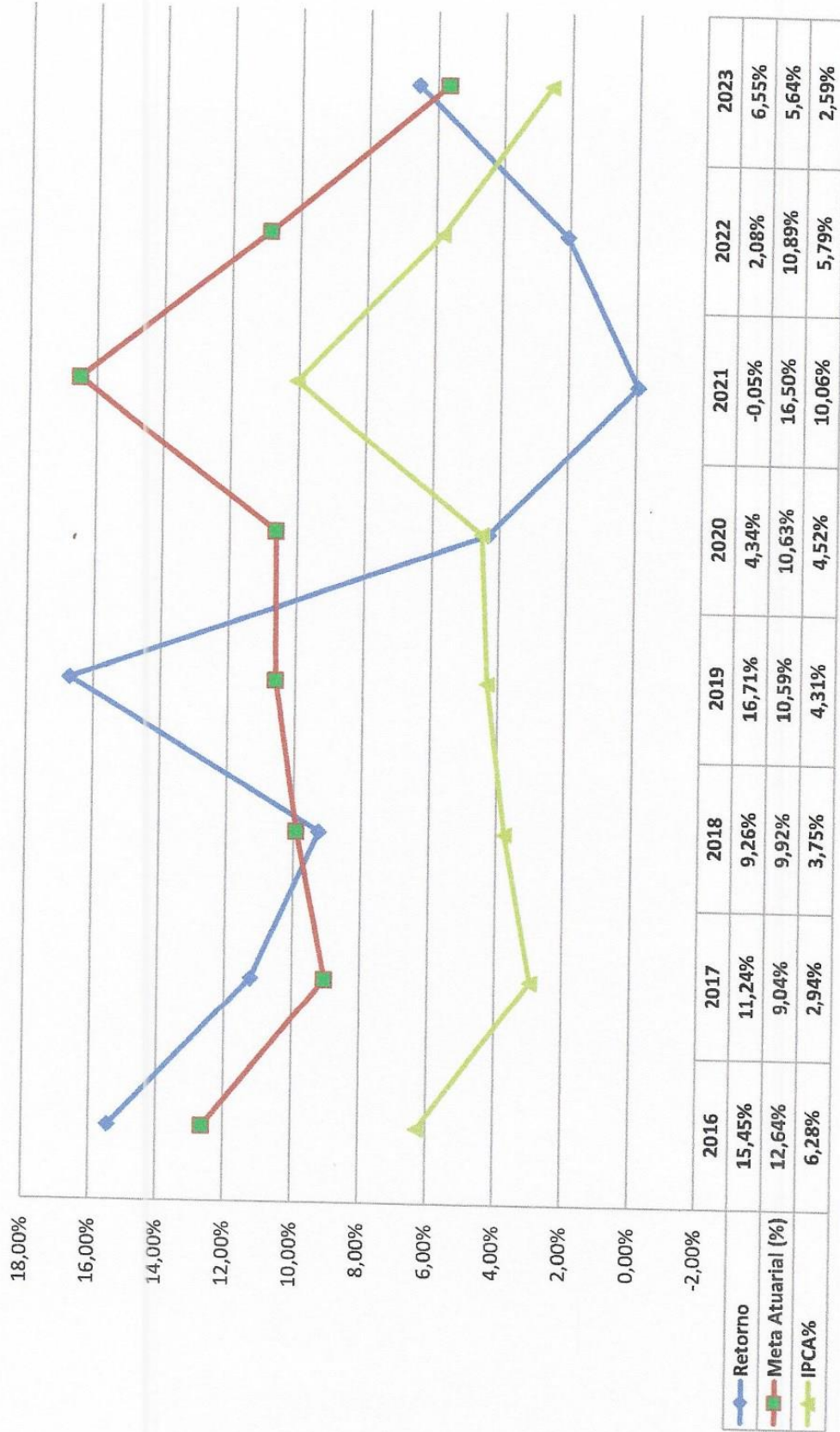
Comparativo Retorno x Meta (2020-2023)



[Handwritten signatures and initials]



Comparativo da Meta x Retorno Anual



[Handwritten signatures and initials]



Distribuição dos Investimentos por Administrador junho/2023

